

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/TJSP



Decisão do Órgão Especial do Tribunal foi unânime

TJSP derruba decreto sobre ruído em obras na capital

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) declarou inconstitucional o Decreto Municipal nº 60.581/2021, que regulamenta os limites de ruído gerados por obras de construção civil na capital paulista. A decisão foi unânime. A ação foi proposta pelo Ministério Público, que apontou incompatibilidade do decreto com normas federais e estaduais de proteção ambiental. Segundo o entendimento acolhido pelo tribunal, a regulamentação municipal estabelecia níveis máximos de pressão sonora superiores aos parâmetros já definidos por legislações e resoluções nacionais. O relator do caso, desembargador Ademir Benedito, entendeu que o decreto extrapolou a função de simples regulamentação.

Municípios não podem ampliar

A função foi extrapolada, segundo o desembargador, por criar regras próprias e exceções sobre o tema. Por isso, a norma poderia ser submetida ao controle direto de constitucionalidade. No julgamento, o magistrado destacou que os municípios podem legislar sobre questões ambientais de interesse local, mas devem respeitar os limites das normas federais e estaduais. A decisão reforça que municípios não podem ampliar o tema.

Mateus Soldan/Câmara de SP



Campanha também busca combater a desinformação

Palácio Anchieta recebe iluminação

A fachada do Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, ficou iluminada na cor laranja em apoio ao Mês Mundial de Conscientização da Infertilidade, campanha internacional que busca ampliar o acesso à informação sobre saúde reprodutiva, prevenção, diagnóstico e tratamento das dificuldades para engravidar. A iniciativa tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para um tema que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Segundo relatório da OMS, em 2023, 1 em cada 6 pessoas enfrenta algum grau de infertilidade.

Empregabilidade na capital

A Prefeitura de SP promove entre os dias 13 e 20 de junho uma série de ações itinerantes do Cate Móvel, levando serviços gratuitos de empregabilidade a diferentes regiões da cidade. A iniciativa busca ampliar o acesso da população a programas de orientação profissional, elaboração de currículos, encaminhamento para vagas de emprego e outros atendimentos oferecidos.

Audiência I

Na próxima terça-feira (16), a partir das 18h, Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo irá discutir em audiência pública a gestão de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O debate acontecerá no Palácio Anchieta – sede do Legislativo paulistano.

Audiência II

O requerimento foi apresentado pelo vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL). De acordo com o documento protocolado pelo parlamentar, o debate é fundamental para contribuir com o fortalecimento e a fiscalização das parcerias. Vespoli destaca que a Lei prevê regime de colaborações com organizações.

Liderança Jovem I

A Câmara de SP sediou a 27ª edição do Dia da Liderança Jovem. O objetivo foi reconhecer e valorizar jovens paulistanos pelo protagonismo, compromisso social e contribuição para o desenvolvimento da cidade. A cerimônia destacou, ainda, lideranças civis que contribuem para áreas educacional e social.

Liderança Jovem II

O evento, presidido pela vereadora Dra. Sandra Tadeu (PL), contou com a parceria da Associação São Paulo Diferenciado – movimento de moradia popular que atua em ações de cidadania, inclusão social e fortalecimento comunitário na capital. Neste ano, estudantes das Etecs Itaquera II e Aprígio Gonzaga receberam homenagens.

Fumaça Paulista I

Uma intensa fumaça nas proximidades do Consulado da Itália, na Avenida Paulista, levou à evacuação preventiva de um edifício comercial na tarde desta quinta-feira (11), no central de SP. O Corpo de Bombeiros foi acionado. A ocorrência chamou a atenção de quem circulava pela Paulista, pelo volume de fumaça.

Fumaça Paulista II

A fumaça teria se originado de um princípio de incêndio em equipamentos instalados na cobertura do prédio que foi esvaziado pelas autoridades. Funcionários e visitantes deixaram o local por medida de segurança, enquanto o Corpo de bombeiros realizava o atendimento. Não houve registro de feridos.



Programação prevê entrevistas e debates com especialistas

Câmara e MPF lançam ação contra fakenews

Parceria prevê conteúdos educativos e ações de checagem

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo e o Ministério Público Federal (MPF) formalizaram uma parceria voltada ao enfrentamento da desinformação e à promoção da educação midiática. A iniciativa dos dois órgãos prevê a produção de conteúdos informativos e ações de conscientização para ampliar o acesso da população a informações verificadas e estimular o consumo crítico de notícias.

Como parte do acordo, será desenvolvido o projeto “Manda a Real: Entre Fatos”, que será composto por uma série de videocasts destinados a discutir o impacto da disseminação de conteúdos falsos e apresentar ferramentas que auxiliem os cidadãos na identificação de informações confiáveis. A proposta também busca esclarecer o funcionamento dos mecanismos de verificação de fatos e os desafios enfrentados pelas instituições públicas diante da circulação de notícias enganosas nas plataformas digitais.

A parceria reúne representantes do Legislativo municipal e do MPF em torno de uma estratégia de comunicação voltada à divulgação de informações de interesse público. A iniciativa pretende alcançar diferentes públicos da cidade por meio de canais digitais e de, também, conteúdos produzidos em lin-

guagem acessível, com foco na educação para o uso responsável das redes sociais e de outras plataformas de comunicação.

Segundo as instituições envolvidas no acordo, a disseminação de conteúdos falsos ou distorcidos tem impactado temas relacionados à saúde, segurança, políticas públicas e processos democráticos. Nesse contexto, o projeto busca contribuir para o fortalecimento da confiança em fontes verificadas e para a ampliação do debate sobre a responsabilidade no compartilhamento de informações.

A programação prevê entrevistas e debates com especialistas, pesquisadores, membros do poder público e profissionais que atuam nas áreas de comunicação, tecnologia e direito. Os episódios deverão abordar temas como alfabetização digital, funcionamento dos algoritmos, verificação de informações e os efeitos da desinformação na sociedade contemporânea.

Além da produção audiovisual, a cooperação poderá servir de base para novas iniciativas educativas voltadas à conscientização sobre o ambiente digital. A expectativa é que as ações contribuam para ampliar o conhecimento da população sobre a checagem de informações e reforcem a importância do acesso a conteúdos produzidos com critérios de verificação e responsabilidade editorial.